

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE-----

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e doze, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:** -----

1. Expediente-----

2. Ata -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Prestação de Contas de 2011;-----

b) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes 2012/2015;-----

c) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2012/2015;-----

d) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2012;-----

e) Imputação de encargos com endividamento – empréstimos resultantes da assunção da dívida da empresa intermunicipal REGI, EIM, pela CIMAL;-----

f) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).-----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Teresa Isabel Matos Pereira, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Pereira Gamito, Alexandre António Cantigas Rosa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----
----- **SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

Nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, compareceu o Senhor Francisco Maria Carrajola Sousa, na sequência e em substituição do Senhor Alexandre António Cantigas Rosa, que se encontrava ausente, de acordo com a sua comunicação de 16 de abril de 2012.-----

Compareceu também o Senhor José Joaquim Pinheiro, na sequência e em substituição do Senhor Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, que se encontrava ausente, de acordo com a sua comunicação de 18 de abril de 2012, eleitos nas listas do PS.-----

----- **MOÇÃO SOBRE O 25 DE ABRIL E O 1º DE MAIO** -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de -----

----- **“MOÇÃO**-----

----- **38º Aniversário da Revolução de abril**-----

----- **1º de maio – Dia Internacional do Trabalhador** -----

A presente situação nacional é marcada, por um lado, pelo aumento das dificuldades na vida dos trabalhadores e do povo, da juventude, dos reformados, dos pequenos empresários e, por outro, pela concentração de riqueza e avolumar de benesses nas mãos de um punhado de capitalistas. Pelo ataque aos direitos sociais, culturais, económicos e consequentemente políticos. Pela subjugação do poder político ao poder económico, pela subserviência de Portugal às potências Europeias e ao capital multinacional. Pelo envolvimento de Portugal em vergonhosos e inaceitáveis atos de guerra imperialistas contra vários povos do mundo. -----

O país não pode mais suportar este caminho! Foi, em grande medida, para recusar esta realidade que os trabalhadores e o povo fizeram a Revolução do 25 abril de 1974. Fizeram-na, exatamente, para recusar a pobreza, a ausência de direitos, a subjugação ao capital às potências europeias, a guerra e o imperialismo. A Revolução de abril realizou-se para afastar do poder os serventuários ao serviço do capital e construir um país ao serviço dos Portugueses e de promoção da paz e amizade entre os povos. -----

Hoje exige-se uma rutura com este rumo da política antipopular e a concretização de uma política que promova o desenvolvimento económico e a produção nacional, que eleve as condições de vida dos trabalhadores, do povo e das camadas antimonopolistas, que defenda e promova os direitos sociais, culturais, económicos e políticos e que afirme a soberania nacional. -----

O país não está condenado ao definhamento. Os trabalhadores, a juventude e o povo português têm força bastante para com a sua ação e a sua luta derrotar o rumo de afundamento do país e abrir um novo caminho, patriótico e de esquerda, vinculado aos valores de abril. -----

O 1º de maio comemora-se em Portugal desde 1890, a partir da participação de representantes de Associações Operárias num Congresso em Paris em 1889. Desde essa data o movimento operário português não deixou de se associar à luta dos operários de todo o mundo. Durante a ditadura fascista a comemoração do 1º de maio, marcou momentos de luta por melhores condições de vida, contra as injustiças sociais e em defesa das liberdades, coartadas ao povo português.-----

Neste tempo, as comemorações do 25 de Abril e 1º de maio adquirem uma atualidade a que não podemos ficar indiferentes. Com efeito, o desemprego, a perda de poder de compra dos portugueses e as injustiças sociais avolumam-se sobre o chapéu de um

governo que se limita a cumprir subservientemente as orientações da troika estrangeira e Nacional. Os focos de pobreza aumentam, e são cada vez mais aqueles que se encontram nesta situação, mesmo apesar de terem trabalho, com particular incidência no concelho de Santiago do Cacém e Sines. O trabalho com vínculo precário está cada vez mais presente na vida dos trabalhadores e vemos hoje que direitos conquistados estão a ser esquecidos.-----

O ataque aos serviços públicos essenciais, como a saúde a educação e o poder autárquico intensifica-se.-----

Atualmente as reivindicações dos trabalhadores portugueses, que em 1890 começaram a comemorar o 1º de maio estão de novo na ordem do dia: o direito ao trabalho e o trabalho com direitos e a consagração de um horário de 8 horas de trabalho. -----

Com as propostas de alteração ao Código do Trabalho, e com o ataque à constituição da Republica Portuguesa que querem implementar, conquistas dos trabalhadores alcançadas há dezenas de anos estão agora postas em causa.-----

Muitos têm sido os momentos de contestação manifestados nos últimos meses pelos trabalhadores portugueses, tendo levado para a rua centenas de milhar de pessoas, a participar nas várias manifestações promovidas pela CGTP, bem como na participação das ultimas Greves Gerais, no entanto, o 1º de maio é a data por excelência dos trabalhadores. Uma data de luta, mas também de festa. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 20 de abril de 2012, saúda o 25 de Abril e o 1º de maio e vem apelar e mobilizar as populações, os trabalhadores e a juventude para que transformem as comemorações populares do 25 de Abril e 1º de maio em grandes ações de exigência pela rutura que o país precisa e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva o 1º de maio!” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção, para discussão. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, começando por referir que os eleitos do PS também estavam preocupados com a situação do trabalho e dos direitos fundamentais e constitucionais no País e na Europa, mas não podiam subscrever a Moção na sua totalidade. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo 18 dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Sete abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Francisco Maria Carrajola Sousa e José Joaquim Pinheiro. -----

Três votos contra, dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

ERMIDAS SADO – PAVIMENTOS -----

O Senhor Alberto de Brito questionou sobre o ponto de situação relativo à reparação da Rua Manuel da Fonseca, Largo do Chafariz e Rua Frei Geraldês, assuntos que tinha colocado na Sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

Referiu ainda que se congratulava com a pavimentação da Rua 37 e Rua 40 daquela Vila, questionando sobre a construção dos passeios. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que foram feitas algumas intervenções naquela freguesia e que as brigadas estão a rodar pelas várias freguesias. -----

Acrescentou ter tomado nota sobre a construção dos passeios. -----

PROVA DE BTT ALVALADE - PORTO COVO - APOIOS – AGRADECIMENTOS -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, interveio para fazer um agradecimento público à Câmara Municipal e às juntas de freguesia, de Vale de Água, S. Domingos e Cercal do Alentejo, pelo apoio à prova de BTT, cuja concentração terá lugar, em Alvalade, às nove horas do dia vinte de maio, contando este ano com a participação de mais de dois mil ciclistas. Acrescentou que se trata de uma iniciativa importante para o Município e para a região, convidando todos os presentes a participarem. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava da segunda prova mais importante do País, naquela modalidade, movimentando milhares de pessoas. -----

MANIFESTAÇÃO NACIONAL DAS FREGUESIAS -----

O Senhor Rui Madeira saudou a realização da manifestação, na qual estiveram representadas todas as freguesias do Município e participaram cerca de duzentas mil pessoas, de repúdio à Lei aprovada pela maioria parlamentar e que visa a extinção e/ou agregação de freguesias, o que, em sua opinião, representa um atraso civilizacional e não vai ajudar a resolver os problemas do país, dado que não se traduz numa redução de meios financeiros, porque irá implicar a permanência a tempo inteiro de mais presidentes de junta. -----

O Senhor Alberto de Brito informou que, antes daquela manifestação, participou numa reunião na Comissão Coordenadora da Região Alentejo (CCDRA), sobre a questão da agregação de freguesias, onde foi transmitido que se pretende que sejam as Assembleias Municipais a deliberar sobre a redução (20%) das freguesias, ficando assim com o ónus da decisão.-----

Interveio novamente o Senhor Rui Madeira, referindo que a lei sobre esta matéria tinha sido reformulada, a qual inicialmente indicava as freguesias que seriam agregadas e/ou extintas, remetendo agora para as Assembleias Municipais a escolha das freguesias que vão ser agregadas. Acrescentou que o Governo não poderá contar com a Junta de Freguesia de Alvalade, à qual preside, para agregar freguesias, por entender que quem faz a lei é que deverá assumir a responsabilidade pela sua aplicação.-----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, começando por referir que esta Reforma, se fosse séria, podia ser importante para o País, mas que, infelizmente, não era, dado que, enquanto omite a reorganização de uma série de Institutos do Estado que gerem o mesmo espaço, como acontece na Freguesia de Santo André, dando como exemplo: a Autoridade Marítima; a Autoridade Florestal; a Administração dos Recursos Hídricos; o Instituto da Conservação da Natureza, produz legislação para atingir as freguesias e determina que sejam as Assembleias Municipais a decidirem sobre a agregação das mesmas, remetendo para aquele órgão o odioso da questão. Situação que considerou inaceitável

também porque as freguesias são autarquias autónomas dos municípios, considerando que o Governo está a ir longe demais nesta matéria, revelando uma postura inqualificável de falta de respeito pelo Poder Local Democrático, chegando ao ponto de oferecer mais quinze por cento nas transferências só para as freguesias que aceitarem a agregação de outras freguesias. Acrescentou que a Freguesia de Santo André lutará até ao fim contra a reforma que o Governo pretende impor e que, pelo que pode ver na manifestação, até as freguesias com eleitos das forças políticas que compõem o Governo estão contra, e que, Santiago do Cacém também não deverá permitir a extinção de freguesias. -----

Mais referiu que naquela Reforma foi também omitida a discussão sobre as regiões administrativas, quando, no Alentejo, as populações já se pronunciaram favoravelmente pela criação das mesmas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um assunto muito sério e importante, na medida em que a Reforma Administrativa preconizada pelo Governo compreendia um conjunto de alterações muito significativas no Poder Local Democrático, as quais levarão à redução de vinte mil eleitos, o que se traduz no empobrecimento do sistema democrático e põe em causa uma das conquistas mais significativas do 25 de Abril, o que acontece na véspera desta data histórica. Acrescentou que o Poder Local português foi o que mais avançou na Europa e que mais ações de desenvolvimento concretizou, as quais se traduziram nomeadamente, na construção de infraestruturas básicas, na criação de condições para a prática de desporto, nos transportes escolares e refeições para os alunos, na dinamização da cultura, na resposta a questões sociais, contribuindo para uma alteração profunda na qualidade de vida das populações. -----

Mais referiu que as freguesias são as autarquias mais antigas, antigamente conhecidas por paróquias, e são aquelas que mais próximas estão das populações, às quais os cidadãos recorrem para tratar dos assuntos mais diversos. Pelo que, não podem ser extintas por decreto imposto pela Troika. Acrescentou que foi numa reunião com a Direção da ANMP que, pela primeira vez, os elementos da Troika foram esclarecidos sobre as categorias e diferenças das autarquias locais (freguesias e municípios) e suas competências. -----

Referiu também que era inaceitável colocar às Assembleias Municipais a questão da agregação e/ou extinção das freguesias, informando que, recentemente, teve oportunidade de transmitir ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local que, se o Governo pretendia acabar com freguesias, deveria ter a coragem de decidir sobre esta matéria, não colocando àquele órgão autárquico o ónus da questão.-----

Referiu ainda que para além da Reforma Administrativa do Território, têm vindo a ser colocadas outras matérias às autarquias contidas na Lei do Orçamento de Estado que são criadoras de vários constrangimentos e vão para além do previsto no Memorando assinado pelo Governo Português e a Troika, de que é exemplo a questão dos limites ao endividamento líquido dos municípios (62,5%) que iria por em causa o funcionamento de duzentos municípios, matéria em que foi possível fazer recuar o Governo nas suas intenções, mas não para o limite estabelecido na Lei das Finanças Locais (125%). Acrescentou que foram também criados mecanismo no Orçamento de Estado que contrariam e criam barreiras ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que, em sua opinião, não era aceitável. -----

Mais referiu que no Memorando assinado com a Troika foi prevista a redução de 2% dos trabalhadores das autarquias, mas a lei do Orçamento de Estado determina percentagens diferenciadas de redução de trabalhadores, de 1%, 2% e 3% se, os

municípios, no período de 2009 a 2011, reduziram 10% ou mais no pessoal, menos de 10% ou aumentaram o número de trabalhadores, respetivamente. Situação pior da que está prevista no Memorando, a qual, para além de ferir os princípios de autonomia do Poder Local tem ainda associada as novas regras impostas para admissão de pessoal, com implicações graves no funcionamento das autarquias.-----
Acrescentou que, para além destas dificuldades, estão sendo retidas verbas das Autarquias, de serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, os quais as Câmaras Municipais desconhecem, apesar das diligências feitas junto daqueles Serviços para obterem esclarecimentos sobre o assunto, o que já levou três municípios a agirem judicialmente, não lhe tendo sido dada razão, com a alegação de que o País está em crise e que o Orçamento de Estado determina aquela retenção. -----
Referiu também que não está a ser praticada uma justa repartição das receitas dos impostos de referência (IVA, IRC e IRS) entre a Administração Central e a Administração Local, sendo que em 2011 e 2012 se verificou uma redução de cerca de trezentos e quarenta e dois milhões de euros (-13%) nas transferências do O.E para as autarquias, enquanto os impostos do Estado sobem na mesma proporção. Acrescentou que, perante esta situação, era preciso estar alerta relativamente às receitas municipais do IMI, resultantes da atualização da avaliação dos prédios urbanos, de forma a prevenir alguma tentativa de retenção da mesma por parte da Administração Central. -----
Referiu ainda a medida relativa à redução de cargos dirigentes nas autarquias, cuja inconstitucionalidade vai ser suscitada pela ANMP, e ainda a Lei dos Compromissos aprovada, mas não regulamentada, a qual já está a criar grandes constrangimentos às entidades públicas e vai condicionar, de forma grave, o funcionamento das autarquias.--
Concluiu, informando que numa reunião, recente, em Grândola, dos cinco municípios do Litoral Alentejano com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, foram abordadas as matérias referidas e também a questão de uma eventual intenção da transferência direta de competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais. Situação que os municípios consideram inaceitável, dado que são estes que as populações elegem diretamente, pelo que, as competências devem ser transferidas para as autarquias, cujos órgãos decidirão sobre as matérias que podem ser tratadas pela Comunidade onde estão representados. -----

REFORMA DO SISTEMA JUDICIAL -----

A Senhora Paula Lopes, eleita da CDU, solicitou informação sobre os últimos desenvolvimentos da Reforma Judicial que tem vindo a ser anunciada pelo Governo. ---
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Executivo partilhava da opinião expressa pelos membros da Assembleia da Delegação da Ordem dos Advogados do Litoral Alentejano, a qual produziu um documento sobre esta matéria, aprovado, por unanimidade, onde contestam a Reforma de Organização Judicial anunciada pelo Ministério da Justiça, a qual prevê o encerramento de quarenta e sete tribunais, no País, entre os quais o Tribunal de Menores de Sines e vai retirar competências ao Tribunal da Comarca do Alentejo Litoral, transferindo para o Tribunal de Setúbal a matéria civil e criminal e as infrações para o Tribunal do Barreiro, ficando Santiago do Cacém com o Tribunal de Menores e os julgamentos de crimes de pequena monta, prevendo também a transferência para Setúbal do Tribunal de Trabalho que funciona em Sines. Acrescentou que esta situação não é aceitável e que o Tribunal de Santiago do Cacém tem sido, desde há muitos anos, um Tribunal de grande instância, tendo passado a Tribunal de Comarca na última organização judicial, mas sem perda de competências. -----

Mais informou que a fundamentação da Reforma em causa assenta sobre três vetores: 1º aproximar os cidadãos da Justiça; 2º que a população fique a menos de uma hora de distância do Tribunal; 3º Tribunais com menos de 250 processos. Acrescentou que, no caso de Santiago do Cacém, o primeiro e o segundo fator não serão cumpridos, porque as medidas previstas irão dificultar ainda mais o acesso dos cidadãos à Justiça, tendo em conta a distância ao Tribunal de Setúbal e do Barreiro, mais de uma hora, e os custos inerentes à deslocação dos cidadãos, dos advogados e testemunhas. Relativamente ao terceiro fator a justificação assenta em dados de 2008, 2009, 2010 e 2011, quando em 2008 o Tribunal de Santiago do Cacém ainda não tinha sido classificado como Tribunal de Comarca, em 2009, os processos estiveram parados e em 2010 e 2011, todas as instâncias do Tribunal da Comarca do Alentejo Litoral ultrapassaram aquele número de processos.-----

Informou que esta situação já foi colocada à Associação Nacional dos Municípios Portugueses – ANMP e foi remetida carta à Senhora Ministra da Justiça dando conta da posição da Câmara Municipal sobre o assunto.-----

ACESSIBILIDADES AO PORTO DE SINES -----

O Senhor João Saraiva de Carvalho solicitou informação sobre o ponto de situação relativo às acessibilidades ferroviárias e rodoviárias àquele porto, acrescentando que já se falou também de uma linha de alta velocidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que as obras na A26, no troço Sines Relvas Verdes, abrandaram, mas não chegaram a parar, como aconteceu noutros troços do IP8. Acrescentou que na reunião com as Estradas de Portugal que teve lugar, recentemente, na Câmara Municipal, foi assegurado que aquelas obras iriam avançar, o que está a acontecer. -----

Relativamente ao novo traçado da linha ferroviária, informou que chegou aos seu conhecimento que a Refer teria feito uma nova tentativa no sentido de retomar a sua proposta inicial no sentido do percurso da via-férrea Sines - Espanha, infletir, em Relvas Verdes na direção do Litoral, passando perto do Hospital do Litoral Alentejano (250m), seguindo por Melides até Grândola Norte, Amoreira e Albergaria onde iria ligar à via férrea de Alcácer do Sal. Percurso este que foi contestado por autarcas, associações e população, o que levou à sua suspensão pelo anterior Secretário de Estado. Acrescentou que a equipa de revisão do PDM, chefiado pelo Dr. Costa Lobo, do Instituto Superior Técnico apresentou uma proposta alternativa que previa o aproveitamento da via-férrea de Ermidas.-----

SEGURANÇA NO MUNICÍPIO-----

O Senhor Alberto de Brito questionou, ser a Câmara Municipal já tinha solicitado a reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, para expor as situações de Segurança no Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria confirmar se o pedido de reunião já tinha seguido. -----

Mais informou que o Conselho Municipal de Segurança reuniu, recentemente, e que nele foi expresso que, de uma forma geral, Santiago do Cacém é um Município seguro.-

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra à munícipe inscrita para o efeito, Senhora Maria da Conceição Salada, a qual começou por referir que era coproprietária, com mais dois senhores, também presentes, de um Loteamento, em Ermidas Sado, acrescentando

que aquando da constituição do mesmo, havia cerca de trinta anos, foi assinado um Acordo com a Câmara Municipal, no qual ficou previsto que esta faria as infraestruturas do Loteamento em troca da cedência de terreno ao Município. Contudo, acrescentou que, passados todos estes anos, o terreno foi cedido ao Município mas as infraestruturas continuam por fazer, apesar das várias reuniões entre as partes, sendo que a última teve lugar em dois mil e oito, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo, posteriormente, recebido um ofício com uma calendarização para realização das mesmas (2009 – 2010), o que mais uma vez não se concretizou. -----

Mais referiu não ter palavras para transmitir a sua indignação, pela situação criada, com prejuízo para os proprietários que não puderam transacionar o terreno e têm que pagar grandes encargos com impostos, dado que se trata de um terreno urbano, para além do facto do seu pai ter falecido sem poder concretizar objetivos que tinha para aquele espaço, o que muito o desgostou. -----

Acrescentou que no último contacto que teve com a Câmara Municipal, em janeiro do ano em curso, foi-lhe dito que seria contactada para uma reunião, cuja marcação aguardava, havia três meses, pelo que, decidiu vir à Assembleia Municipal expor a situação, esperando uma resposta direta e objetiva sobre esta situação. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por reconhecer toda a razão à munícipe e seus familiares presentes, assumindo a responsabilidade do Município pela situação criada. Acrescentou que foi acordado, em escritura pública, no ano de 1989, que a Câmara Municipal efetuaria as obras de urbanização, incluindo as infraestruturas do terreno em causa, com uma área de 3.486 m², cedendo os coproprietários do mesmo, o terreno necessário para o domínio público. Mais informou que em vinte e dois de dezembro de dois mil e oito, foi remetida carta aos coproprietários do terreno a informar a intervenção, em 2009, para construção da rede de esgotos, água e gás, e, em 2010, a construção da rede elétrica, rede telefónica e arruamentos. Compromisso que a Câmara Municipal não conseguiu concretizar. -----

Informou ainda que o assunto foi retomado e que a Câmara Municipal estava a equacionar duas hipóteses, para negociação com os coproprietários, as quais pretendia transmitir, em detalhe, na reunião que será marcada o mais rapidamente possível, adiantando que nenhuma das propostas passava pela realização das infraestruturas pela Autarquia, as quais se estima que possam custar cento e quarenta e cinco mil euros. -----

Concluiu, referindo que os compromissos são para honrar, mas neste caso não foi possível a sua concretização, porque a Câmara Municipal, nestes últimos mandatos, teve que construir muitas infraestruturas de loteamentos apoiados, não deixando de lamentar a situação criada. -----

Os coproprietários presentes referiram que sempre lhes foi dito que havia outras prioridades, situações a que era preciso dar resposta, e agora, passados cerca de trinta anos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informava que a solução não passaria pelo que foi acordado; a construção das infraestruturas. Acrescentaram que gostariam de sublinhar que têm tido muita paciência e que o seu caso nunca foi colocado como prioritário, e que, embora a Câmara Municipal não tenha transacionado o terreno cedido, o qual foi para o domínio público, eles não conseguiram vender os lotes naquela situação, enquanto o terreno ao lado do seu foi urbanizado, muito posteriormente, vendidos os lotes e construídas moradias. -----

A Senhora Maria da Conceição Salada questionou sobre a data da reunião mencionada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que iria diligenciar no sentido da reunião ser agendada para a primeira quinzena de maio, em data a acordar entre as partes. -----

O Senhor Presidente agradeceu a presença dos munícipes.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM - RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO – TRÂNSITO-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra a outro munícipe presente na Sala de Sessões, Senhor João Pereira, o qual referiu que gostaria de sensibilizar a Câmara Municipal para uma questão de mobilidade rodoviária, no sentido de não ser permitido o estacionamento nos dois lados da Rua General Humberto Delgado, na Cidade de Santiago do Cacém, mas somente num dos lados daquela via, de forma a facilitar a circulação do trânsito e por questões de segurança.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o assunto seria visto com os Serviços Municipais. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal, desde o mês fevereiro até dezoito de abril de dois mil e doze, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas. -----

O Senhor Presidente colocou, para discussão e votação **a Ata nº 01 da Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2012.**-----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, observando que estava omissa naquela ata a sua intervenção, na qual desejou as rápidas melhoras ao Senhor Presidente e à filha da Segunda Secretária da Assembleia Municipal, ambos ausentes naquela reunião, por motivos de saúde. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a ata a votação, tendo em conta a observação atrás referida, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, cinco dos eleitos do PS, dois dos eleitos do PSD e um do eleito do BE, e quatro abstenções, uma da eleita da CDU, Senhora Ângela Isabel Botelho Baltazar, duas de eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola de Sousa e José Joaquim Pinheiro, e uma de eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, por não terem estado presentes.---

“ 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---- a) Prestação de Contas de 2011; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2011, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio.-----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea e) do nº. 2 do artigo nº.64 da Lei 169/99, de 18 setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Dois – De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191 de 18 de agosto, II Série.”-----

* Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número cinco, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação sobre a evolução da Receita e da Despesa do Município, de dois mil e oito a dois mil e onze, focando os aspetos mais relevantes das variações verificadas. -----

Referiu, em seguida, que foi opção da Câmara Municipal a qualificação dos centros urbanos das duas Cidades do Município, nomeadamente a requalificação do Passeio das Romeirinhas, a Rua Condes de Avilez, a Praça Conde do Bracial, a recuperação da Tapada dos Condes de Avilez e a EM 550 (Acolhimento a Miróbriga), na Cidade de Santiago do Cacém, bem como a requalificação do Bairro da Atalaia, Bairro Pôr do Sol e Bairro Azul, o ordenamento de Eixos Urbanos Estruturantes, a valorização do Parque Central, a construção da Rede Ciclável da Cidade Vila Nova de Santo André, a instalação de Ecopontos para recolha seletiva de resíduos, bem como as intervenções para instalação da Sede da Academia Sénior de Artes e Saberes, no Bairro Azul, e no Gabinete Municipal de Santo André.-----

Acrescentou que a concretização daquelas ações permitiram aos cidadãos uma melhoria significativa na sua qualidade de vida; melhor mobilidade, mais segurança, maior proximidade dos serviços municipais, melhor saneamento básico e espaços públicos mais agradáveis e de qualidade.-----

Mais informou que as intervenções na Cidade de Santo André resultaram de uma parceria, da Câmara Municipal com outras entidades, para candidaturas a Fundos Comunitários, embora alguns trabalhos tenham sido executados por Administração Direta, nomeadamente no Bairro da Várzea e no Bairro da Petrogal. -----

Referiu também as intervenções para qualificação dos aglomerados rurais, designadamente na qualificação urbana de S. Francisco da Serra, Ermidas, Alvalade, Cercal e S. Domingos, bem como a participação no Movimento em defesa da escola rural, a conservação das escolas, o funcionamento dos refeitórios e os transportes escolares, assim como o apoio às instituições e a iniciativas locais, a cedência de terreno para o novo Lar de Alvalade e a disponibilização de escolas desativadas para instalação da GNR e extensões de Saúde.-----

Referiu ainda as ações desenvolvidas para promoção da atividade económica e criação de emprego, com a disponibilização de lotes de terreno nos diferentes Parques Empresariais do Município, informando que dos quatrocentos e setenta e quatro lotes existentes, a que correspondem setenta hectares, foram atribuídos, até ao presente ano, setenta e dois por cento dos mesmos, vinte e três por cento estão disponíveis, dois por cento estão em negociação e três por cento em processo de reversão. A cedência de espaço para instalação do Centro de Apoio às Empresas de Santiago do Cacém e as intervenções nas Estradas Municipais na Freguesia de Alvalade (EM 1073 e 526 – CM 1112/Monte dos Alhos) e na Freguesia de Santa Cruz (Ademas).-----

Concluiu, referindo um conjunto de iniciativas culturais que foram desenvolvidas nas bibliotecas municipais e no Museu Municipal, nomeadamente no âmbito das Comemorações do Centenário do nascimento do escritor Manuel da Fonseca, bem como o apoio à Mostra de Teatro do Distrito de Setúbal e a outras iniciativas promovidas por diferentes entidades, e ainda os trabalhos preparatórios para a construção do Centro Cultural de Vila Nova de Santo André, numa perspetiva de aumento das ofertas de espaços culturais.-----

Acrescentou que foram também desenvolvidas ações com vista a aumentar a eficiência dos serviços municipais, com a aquisição substituição e atualização de software, renovação do parque informático, remodelações da rede e reforço de acesso à Internet, bem como a intervenção no edifício para as instalações oficiais e de apoio ao pessoal, na ZIL de Santiago do Cacém. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, começando por referir que foi importante a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que, de uma forma resumida, informou sobre o trabalho desenvolvido pelo Município. -----

Acrescentou que na Freguesia de Alvalade foi recentemente inaugurado um dos maiores lagares de azeite da Europa e foi criado um novo espaço para o Mercado mensal, revertendo as receitas dos terrados para a Junta de Freguesia. -----

Mais referiu que daqueles e de outros investimentos que têm vindo a ser feitos naquela Freguesia resultou uma dinâmica económica positiva nos últimos anos, a qual se traduziu na criação de mais postos de trabalho o que contribuiu para a fixação da população, acrescentando que esta situação positiva resultava também da atenção que têm sido dada à Freguesia por parte da Câmara Municipal. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, e outra do Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, eleito do PS.-- Seis votos contra, de eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola Sousa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e José Joaquim Pinheiro.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, em representação dos eleitos do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “Pese embora a brilhante apresentação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, alguns eleitos do PS entendem que é preocupante, sobretudo aquilo que se verifica no tocante às dívidas em atraso do Município de Santiago do Cacém. -----

Na verdade, e sem querer entrar em observações sobre algumas decisões que foram tomadas, necessariamente não podemos enfrentar o futuro com tanto passado atrás. ----

Disse, há alguns anos, e volto a repetir que não há qualquer justificação para que o Município tenha pagamentos em atraso desde 1986 e, bastantes há a partir de 1990, alguns de montantes bastante ridículos que poderiam e já deveriam ter sido resolvidos. - Reiteramos e concordamos, em absoluto, com o conteúdo da justificação de voto apresentada pelos Vereadores do PS, na qual nos revemos.”-----

Pelo Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me, porque no que concerne à freguesia de Ermidas-Sado, as atividades desenvolvidas no ano de 2011, ficaram aquém do que seria expectável pela população.”-----

Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ A documentação de prestação de contas apresentada pelo Executivo relativa ao ano de 2011, pode, mas não deve, ser analisada só pelo aspeto financeiro, sob pena de ser errónea e sempre redutora. ----- Apesar disso, até os Senhores Vereadores do PS encontraram situações positivas.----- Aliás, dificilmente se entenderia uma apreciação das contas apenas baseada em critérios financeiros quando temos os ouvidos cheios de “slogans” tipo “As pessoas estão primeiro” ou “Os portugueses primeiro” tão badalados pelos partidos do “arco do poder”.-----

Por outro lado, e porque não está em causa a seriedade da análise ou das intenções, qualquer visão apenas financeira das contas teria obrigatoriamente de apontar para a realidade factual resultante da diminuição, quer em valores nominais quer em percentagens, da fatia do orçamento do estado gasta pelo Poder Local que de 2010 para 2011 passou de 2.836 para 2.590 milhões de euros e, no corrente ano, para 2.468 milhões, equivalente a 3,1% do orçamento do Estado, ou seja, em três anos – os que levamos de eleitos – diminuiu 368 milhões de euros, embora tivessem aumentado as responsabilidades sociais, educacionais, culturais e financeiras dos municípios e freguesias.-----

Nesta perspetiva, louve-se então o trabalho do Executivo no desenvolvimento económico do Concelho, através da segura e continuada dinamização da atividade turística, cultural e rural, na requalificação urbana, na reparação da rede viária, na disponibilidade de lotes industriais a preços acessíveis à instalação de indústrias, no aumento da eficiência dos Serviços Municipais na resposta, não só aos cidadãos, mas também às empresas existentes e às que no Concelho se querem sediar.-----

E tudo isto sem descuidar a qualidade de vida dos munícipes, disponibilizando-lhe o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer.-----

Por fim, apesar de todo o trabalho realizado em circunstâncias muito gravosas impostas pelo Poder Central, o valor do endividamento manteve-se praticamente igual ao de 2010, embora ligeiramente menor.-----

Daí que tivéssemos votado a favor das contas apresentadas.”-----

---- b) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes 2012/2015;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Doze/Dois Mil e Quinze.*-----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Dois – Conforme o disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo nº. 53º.da Lei nº.169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº. 5 –A/2002, de 11 de janeiro.-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Oito abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola Sousa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Pinheiro e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

---- **c) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2012/2015;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Doze Dois Mil e Quinze.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme o disposto na Alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro. “ -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Oito abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola Sousa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim

Pinheiro e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

---- **d) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2012;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Doze. *-----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº.5-A/2002, de 11 de janeiro.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Oito abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola Sousa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Pinheiro e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

---- **e) Imputação de encargos com endividamento – empréstimos resultantes da assunção da dívida da empresa intermunicipal REGI, EIM, pela CIMAL;**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, dos encargos com o endividamento, consequência da transferência dos empréstimos da REGI para a CIMAL no valor de 328.644,29 € (Trezentos e vinte e oito mil seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos) equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL. -----

FUNDAMENTOS: 1) Na sequência da deliberação pela Assembleia Intermunicipal da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, que aprovou a extinção e entrada em liquidação da empresa intermunicipal REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM, com efeitos a partir de 31/12/2011 e em virtude da consequente transferência dos empréstimos (passivo) para a CIMAL, que se concretiza através da figura da cessão da posição contratual. -----

2) Nos termos do artigo 12º, alínea m) dos estatutos da CIMAL, do artigo 27º, da Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto e do artigo 36º, número 2, alínea a) da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, na sua redação atual.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor, Nuno Brás, eleito do PSD, referindo que os eleitos do PSD iriam votar contra a proposta, acrescentando que, infelizmente, no País, existiam muitos exemplos destes, de institutos e entidades várias criadas com determinados objetivos, os quais não cumpriram, enquanto foram contraindo dívidas que, neste caso, as Autarquias tem que assumir. Acrescentou que a Assembleia Municipal devia manifestar um voto de desagrado pela criação desta situação por parte das entidades cuja ação veio trazer estes encargos, dando um exemplo de repúdio por tais atuações. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a situação da REGI era muito difícil o que levou a Assembleia Intermunicipal da CIMAL a deliberar a sua extinção, com efeitos a partir de trinta e um de dezembro de dois mil e onze. -----

Informou que, embora tardiamente, em determinada altura defendeu, de forma enérgica, no Conselho Executivo da CIMAL, a extinção da REGI, cuja gestão vinha também a ser fortemente criticada por outros membros do Conselho, da qual resultaram os encargos elevadíssimos para os cinco Municípios, para além do pagamento das indemnizações dos funcionários dispensados. -----

Acrescentou que membros do Conselho Executivo da CIMAL, incluindo o Presidente, só tiveram conhecimento de algumas situações graves que se passaram naquela empresa muito tempo depois dos acontecimentos, dando como exemplo o facto do Presidente do Conselho de Administração e a Delegada Executiva terem de chamar a GNR, para obrigar o responsável do centro de dados a entregar os códigos de acesso. -----

Mais referiu que durante a vigência daquela empresa houve situações muito desagradáveis, nomeadamente o despedimento de uma Administradora Executiva, numa reunião, em que a mesma ia prestar contas, sem qualquer aviso prévio. Acrescentou que naquela mesma reunião foi transmitido pelo novo Presidente da REGI, Pedro Paredes, que tinha sido escolhida uma nova Administradora Executiva, Ana Massano, porque à mesma se devia a vitória do PS nas eleições autárquicas, em Alcácer do Sal. A qual, mais tarde acabaria por ser afastada daquele cargo.-----

Referiu ainda que, conjuntamente com o Presidente da CIMAL, renegociou com o BES – Banco Espírito Santo, os contratos relativos a dois empréstimos contraídos pela REGI. Concluiu, referindo que apesar das chamadas de atenção feitas por vários membros da CIMAL à gestão da REGI, os cinco municípios são corresponsáveis pelo situação, para a qual não havia outra saída que a extinção da mesma, sob pena dos custos se agravarem ainda mais. Acrescentou que aquela empresa desenvolveu algum trabalho, mas ficou muito por fazer e não foram aproveitadas oportunidades importantes. -----

PRIMEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, começando por referir que havia pelo menos seis anos que o assunto REGI suscitava questões na Assembleia Municipal, acrescentando que sempre apresentou muitas reservas e críticas face ao conhecimento que tinha do trabalho desenvolvido e até dos próprios pressupostos que levaram à sua criação, cujo objetivo, em sua opinião, era captar apoios comunitários.-----

Mais referiu aceitar que os municípios tenham de assumir responsabilidades, dado tratar-se de uma empresa intermunicipal, considerando que também devia ser apontada responsabilidade aos municípios pelos resultados da mesma, por terem deixado arrastar o processo, não atuando quando deviam, apesar das dúvidas e críticas que se iam levantando.-----

Recordou ainda que, havia cerca de nove anos, tinha assistido a uma apresentação da REGI no Piaget, em Santo André, considerando que tinha sido confrangedor ver a Diretora Executiva referir a muita urgência na apresentação de projetos, com vista à concretização de candidaturas.-----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referiu que, como deputado na Assembleia Intermunicipal da CIMAL, havia três anos, tinha acompanhado a situação da REGI e outras situações, tendo na última Assembleia Intermunicipal colocado algumas questões que o preocupavam relacionadas com aquela empresa, mas também com as competências da CIMAL, por considerar que as mesmas não estão sendo aproveitadas, como por exemplo a Higiene e Segurança no Trabalho, não vendo a sua aplicação nas câmaras municipais. Acrescentou que o mesmo se verificou com a REGI, criada em trinta e um de março de dois mil e três, com um capital inicial de sete milhões de euros, os quais “voaram”, estes e outros mais, considerando que aquela empresa e o projeto associado tinha tudo para dar errado, desde o início, empregando pessoas com salários de seis e de cinco mil e quinhentos euros, como era o caso da Senhora Maria Alberto Branco e do Senhor Ricardo Veludo e de outros técnicos superiores com remunerações de três mil e de dois mil euros, ainda na presidência do Senhor Rogério de Brito.-----

Referiu também que se foram buscar Fundos Comunitários, mas o projeto não resultou, nem com as páginas da internet dos municípios, as quais foram criadas pelos serviços dos mesmos.-----

Mais referiu que o processo de extinção da REGI tinha sido iniciado, havia um ano e meio, com um atraso de seis meses, enquanto os encargos continuaram, com gastos de mais de trezentos mil euros, tendo receio que este processo não acabe nunca, dado que, não havia muito tempo, o Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém tinha questionado sobre o montante total da dívida e, entretanto, surgiu mais um valor de quarenta mil euros. Acrescentou que também já tinha questionado sobre o Ativo da REGI, mas ninguém lhe soube responder.-----

Referiu ainda que o preocupava o facto de terem sido integrados na CIMAL, em janeiro, três funcionários da REGI, empresa que estava ligada às novas tecnologias, com uma plataforma digital, e que, em março, tenha sido publicado um anúncio, para adjudicação de uma página na Internet, no valor de dezassete mil euros.-----

Acrescentou que concordava com o que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara Municipal no referente à assunção do prejuízo resultante da ação da empresa REGI, mas que, independentemente da filiação partidária das pessoas que estão nas entidades, o que pedia era responsabilidade e mais atenção no desempenho das funções, porque, desta forma, se estava a hipotecar o futuro dos nossos concidadãos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

---- **f) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara-----

“PROPOSTA: Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da CIMAL para o ano 2012, no montante

de 72.432,40 €, equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL. -----

FUNDAMENTOS: Nos termos do n.º 2 do Artigo 22 da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Brás, eleito do PSD, referindo que a matéria proposta decorria das obrigações dos municípios para com a CIMAL, mas que, em nome da transparência, seria conveniente juntar à proposta o Plano de Atividades e Orçamento, bem como o Relatório de Atividades, para se poder avaliar da forma como estão a ser aproveitadas as competências da Comunidade relativamente ao Município. -----

O Senhor Francisco Roque, eleito do BE, considerou também importante que fosse fornecida à Assembleia a informação que permita avaliar a utilidade e adequação do quadro de pessoal em causa e a correspondência entre custo/benefício, acrescentando que era importante discutir o trabalho que os vinte e um elementos constantes no quadro de pessoal vão desenvolver e quais os benefícios para o Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que estava em apreciação eram os limites relativos aos encargos com o pessoal da CIMAL que o Município terá de assumir, independentemente de reconhecer toda a razão no que respeita à necessidade de ser fornecida mais informação aos membros da Assembleia Municipal, quer através de documentação, quer de informações que os membros que representam a Assembleia na CIMAL possam fornecer. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e oito votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, sete dos eleitos do PS, senhores Francisco Maria Carrajola Sousa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Pinheiro e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Uma abstenção do Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia o 2º prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

PROPOSTA DOS ELEITOS DO PSD – VOTO DE DESAGRADO PELA GESTÃO DA REGI – PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EIM. -----

Pelo Senhor Nuno Braz, em representação dos eleitos do PSD, foi apresentada a seguinte proposta: -----

“Propomos que a Assembleia Municipal, reunida em vinte de abril de dois mil e doze, aprove um voto de desagrado pela forma como foi gerida a REGI que produziu um impacto negativo nos municípios através da assunção do seu Passivo.” -----

O Senhor Presidente colocou para discussão a aceitação da proposta, em conformidade com o previsto no Regimento, dado que a mesma não constava na Ordem do Dia. -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que tinha dificuldade em votar a proposta por não dispor de informação suficiente sobre o processo da REGI. Acrescentou que estas entidades quando são criadas visam alcançar determinados objetivos, não sabendo, exatamente, o que correu mal, podendo, somente, relativamente à sua gestão, censurar o facto da REGI ter provocado encargos suplementares para o Município, lamentando muito o dinheiro que a Câmara Municipal vai gastar, o qual podia ser canalizado para ações importantes para as populações.-----

Mais referiu que a Assembleia Municipal tem cinco eleitos que fazem parte da Assembleia Intermunicipal da CIMAL, mas não foi informada sobre as atividades da REGI, não dispondo de elementos suficientes para se pronunciar sobre a matéria proposta.-----

Acrescentou ainda que, em termos regimentais, não lhe parecia que a proposta pudesse ser aceite pela Mesa da Assembleia, para inclusão na ordem do dia, considerando que a mesma, tendo em conta o seu texto, podia ser transformada numa moção de censura ou numa declaração de voto, se os proponentes assim o entendessem. -----

Interveio a Senhora Maria Dulce Rito, eleita do PS, referindo concordar que não se devia permitir que fossem desbaratados milhões de euros com coisas que nem se sabe se foram feitas ou não. Contudo, embora concordando com o conteúdo da proposta, considerou a mesma contraditória relativamente à matéria votada nas alíneas e) e f).-----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, sugeriu que fosse que pedida documentação sobre o assunto à CIMAL, e informou que ia ter lugar uma reunião pública da Assembleia Intermunicipal, em Grândola, no dia trinta do mês em curso, às vinte e uma horas, convidando os presentes a participarem.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que gostaria de sublinhar que foram os erros de gestão praticados na REGI que levou à decisão unânime do Executivo da CIMAL de extinção da mesma, dada a situação insustentável criada aos cinco municípios. -----

Mais referiu que houve coisas que foram feitas; financiamentos que foram obtidos, deduções fiscais conseguidas e houve também erros de gestão, sendo este o problema base, acrescentando que os municípios sabiam que a REGI não era uma fonte de receita. Mais referiu que a CIMAL continuará a desenvolver os projetos que não foram concluídos entre outros. -----

Informou ainda que tinha acabado de receber o Relatório de Contas da CIMAL relativo a dois mil e onze, onde ainda não foram reportadas as contas da REGI, conforme é referido pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Concluiu, referindo que os cinco municípios são solidários nesta e noutras matérias, mas rejeita a afirmação de que todos são culpados, porque houve quem chamasse a atenção para a situação daquela empresa, tendo o Município de Santiago do Cacém, ficado muitas vezes sozinho nas questões levantadas sobre o assunto, conforme consta nas declarações de voto reproduzidas nas atas das reuniões do Conselho Executivo da CIMAL.-----

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, referiu que noutras ocasiões tinham sido aprovadas propostas apresentadas sobre assuntos em discussão. -----

O Senhor Francisco Roque, eleito do BE, referiu que, aquando da discussão de algumas matérias na Assembleia Municipal, nomeadamente os planos de atividade e orçamento, prestação de contas e impostos municipais, quase sempre apresentava propostas de recomendação sobre as diferentes matérias, as quais foram discutidas e votadas. -----

O Senhor José Sucena referiu que se tratavam de propostas de outra natureza e alternativas a parte do conteúdo das propostas constantes na ordem do dia dessas reuniões. -----

O Senhor Presidente colocou à consideração dos proponentes a transformação da proposta, como tinha sido sugerido durante a discussão, ou que se aguardasse a informação da CIMAL e se voltasse ao assunto na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Nuno Brás referiu que os proponentes mantinham a proposta. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a votação a **aceitação da proposta, para inclusão na Ordem do Dia**, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Regimento, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezassete votos contra, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pires de Cáceres e Fernando Gonçalves dos Santos, e um da Senhora Maria Dulce Rito das Candeias Rito Almeida, eleita do PS. Sete abstenções, sendo seis de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Pinheiro, Francisco Maria Carrajola Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do Senhor Rui Estevam de Matos, eleito da CDU. -----

Cinco votos a favor, sendo três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, um do Senhor Francisco Roque, eleito do BE, e um do Senhor Joaquim Gonçalves, eleito da CDU. -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação das Atividades da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhora Primeira Secretária a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo Senhor Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora, do dia vinte e um de abril de dois mil e doze. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

